

Governabilidade e oposição

*Paulo Hartung**

A questão da governabilidade é hoje prioritária no debate político e tudo indica que continuará a sê-lo nos próximos meses e anos.

O tema se coloca sobretudo porque temos um governo constitucionalmente eleito num sistema presidencialista com um mandato de mais de quatro anos e uma base de sustentação precária e, em parte, fisiológica. Isto, num país com uma situação social desigual e injusta, um porte industrial expressivo, mas atrasado tecnologicamente, e, nas relações de trabalho, um Estado falido, incapaz de oferecer os serviços essenciais (em saúde, educação, transporte etc.) com eficiência, uma economia instável, com inflação persistente e cada vez mais imune aos "planos" dispostos a erradicá-la.

Acrescente-se ainda a profunda recessão, estimulada pelo governo no último ano, que teve como seqüelas inevitáveis o desemprego e a perda de poder de compra dos salários, além do agravamento da distância entre o Estado e a sociedade civil.

Temos, portanto, um país em crise e um governo em crise. Nesta conjuntura, qual o papel da oposição? Produzir uma resposta adequada a esta questão é fundamental para os partidos políticos de oposição e para que o Congresso Nacional cumpra sua função decisiva neste momento e nos próximos anos. Mas é preciso deixar claro que Executivo e Legislativo são poderes autônomos e independentes e que a preservação desta autonomia é indispensável para que o Congresso não se torne submisso e caudatário das ações do Executivo.

Urge enfrentar igualmente a crise do governo e a crise do país. É preciso que os partidos formulem propostas e solu-

ções tanto para as questões emergenciais e de curto prazo como também medidas de longo prazo para que se retomem investimentos, enfrente-se com determinação a questão social e restaure-se a capacidade operativa do Estado.

É inútil e impatriótico um comportamento da oposição que aposte no caos e no fracasso do governo. O Brasil já perdeu uma década e a ninguém é permitido assistir passivo a mais quatro anos de retrocessos e agravamento da crise. Raciocinar a política hoje tomando como referência a eleição presidencial de 1994 não constrói nada. Particularmente se este raciocínio se sobrepõe à reforma constitucional e ao plebiscito programado, a princípio, para 1993.

A governabilidade implica em negociação e pressupõe que cada parte (governo, partidos, sindicatos, associações da sociedade civil etc.) aceite abrir mão de determinados pontos que não conflitem com seus princípios em nome da construção de um acordo que satisfaça todas as partes. A governabilidade é uma via de mão dupla. Mas o Legislativo oferecerá ou não ao Executivo as condições necessárias de governo na medida em que este se dispuser a negociar efetivamente e a abandonar o comportamento imperial que se tornou marca registrada deste primeiro ano de exercício do mandato presidencial. É verdade que o governo abriu-se mais a negociações com o Congresso que tomou posse a 1º de fevereiro, mas fê-lo, ao que tudo indica, por imperiosa necessidade, mantendo ainda ranços autoritários e tentando induzir o Congresso à submissão sob o argumento da impossibilidade de voltar atrás em ações como as medidas provisórias 294 e 295. É preciso ficar claro que a iniciativa de buscar a governabilidade cabe ao Executivo. E se este não o faz tendo em

vista as relações de forças reais na sociedade civil e no Congresso, cabe a ele a responsabilidade pelos resultados.

O Brasil não sairá da crise sem regras estáveis e permanentes. E, para obtê-las, é necessário que, ao menos sobre elas, alcance-se um mínimo de consenso. A garantia de manutenção e permanência dos contratos não significa eliminar os conflitos da sociedade.

O decisivo é que as próximas negociações não mais se realizem apenas em torno do projeto do governo, mas que se tenham à mesa também alternativas formuladas pelos partidos de oposição. Nesta conjuntura gravíssima, a oposição deve sair do dilema entre aderir ou atuar para a platéia. As duas posições são equivocadas. É necessário manter a crítica, a fiscalização dos atos do governo e formular alternativas de interesse da nação.

Sou um parlamentar de esquerda. Não acredito, portanto, que o país possa superar seus problemas apenas através da liberalização da economia. Mais do que isso, não acredito que a prioridade hoje seja apenas o combate à inflação. Enfrentar a miséria absoluta, a ignorância e a fome é hoje tão necessário quanto a inflação. É de responsabilidade da oposição tomar a iniciativa e oferecer propostas.

Sou parlamentarista por convicção. Se o Congresso Nacional souber responder aos desafios que a conjuntura coloca e se os partidos forem capazes de oferecer suas soluções e propostas concretas para, com elas, sentarem-se à mesa de negociações, aí sim, estaremos no bom caminho para avançarmos na construção de uma nação democrática, menos injusta e mais moderna.

* Economista, vice-líder do PSDB na Câmara dos Deputados